

Carta do Ibre critica o déficit e aumento de imposto

O governo precisa tomar medidas efetivas para reduzir a expansão dos meios de pagamentos e reequilibrar as contas do setor público, "o que desaconselha aceitar déficits projetados de Cr\$ 211 trilhões ou aumentos de tributação da ordem de Cr\$ 70 trilhões", afirma a Carta do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da Fundação Getúlio Vargas, no número de novembro da revista **Conjuntura Econômica**, que começará a circular nesta semana.

A Carta do Ibre, onde está expressa a média de opiniões dos economistas do corpo permanente da FGV, sustenta que o maior inimigo do assalariado é a inflação, "e não será através do aumento do grau de indexação da economia que se conseguirá combatê-la". Os economistas da FGV criticam a proposta da trimestralidade ou da escala móvel de salários, por entenderem que é incompatível com um programa consistente de combate à inflação. Segundo a Carta, a extensão oficial do reajuste trimestral de salários a todos os setores da economia brasileira "difícilmente ocorreria sem fortes repercussões inflacionárias". Difícilmente, acrescenta, as pequenas e médias empresas do setor privado, as estatais e a previdência privada teriam condições de arcar com os custos da trimestralidade sem repassá-los para os preços.

Segundo a Carta, o êxito da política de reposição salarial depende de uma política orçamentária equilibrada, destinada a diminuir a pressão sobre as taxas de juros internas, e da renegociação da dívida externa de forma a estancar a drenagem de recursos para o Exterior.

"Esse movimento em favor dos salários não depende só da vontade do governo e dos trabalhadores. O governo pode induzir reposições mas não pode garantir a priori que as outras faixas da renda nacional lhes ensejem espaço", afirma a carta. Acrescenta que, "se o objetivo é alimentar a massa de salários, o equilíbrio orçamentário não deve ser perseguido através de aumentos de tributação".